

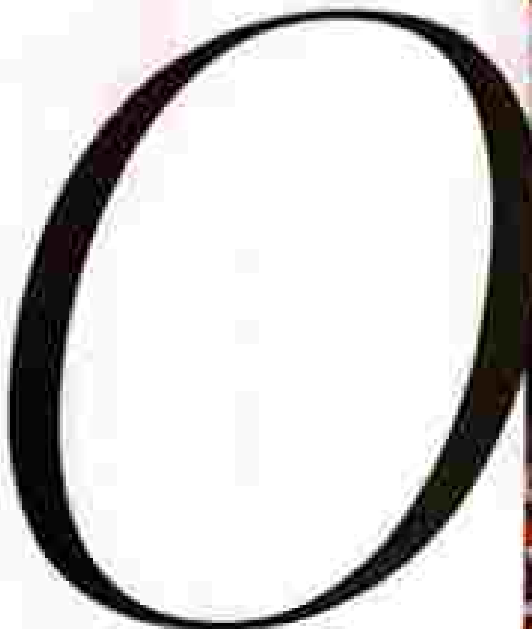
A man in a dark suit and glasses stands in a stone archway. Behind him are two stained glass windows with intricate designs. The scene is set in a grand, historic building with stone walls and arches.

PACOTE LABORAL

## Negociação ou encenação?

A UGT acusa o ministério de ter uma atitude que "inquina" a negociação, a CGTP garante que tem propostas que o Executivo se recusa sequer a discutir, mas Palma Ramalho insiste no braço de ferro. O drama está longe de ter fim a vista, e a chave pode estar no Chega. Entretanto, é certa a oposição de Seguro à reforma. E está Luís Montenegro disposto a comprar uma guerra com o novo PR, logo no arranque do seu mandato?

— JOSÉ MARTINHO SÁVIO



O telefone do secretário-geral da UGT tocou no dia 11 de fevereiro. Do lado de lá, o chefe de gabinete da ministra Maria do Rosário Filipe Ramalho queria saber se estava disponível para uma reunião sobre o pacote laboral no dia 18. Mário Mourão explicou que nessa data tinha reuniões agendadas com sindicatos no Funchal e propôs que se podia fazer-se representar, por exemplo, pela presidente da UGT: "Não pode", ouviu do outro lado da linha. "Fiz tentativa", relatou Mourão a VILÃO, que nesse mesmo dia à noite descobriu que a notícia da reunião que achava que não ia acontecer já estava na imprensa. Ainda ligou para o secretário de Estado, avisando-o de que se não conseguisse a reunião, a central sindical iria emitir uma nota. Não só não houve reunião como no dia 18 a notícia era a de que a UGT estava a falhar a reunião, que só não aconteceu porque as confederações internas acharam que não fazia sentido sentarem-se com o Governo sem os sindicatos. "É lamentável. Não ajuda e inquina o ambiente", comenta Mário Mourão sobre a atitude do Governo.

O mal-estar de Mário Mourão em relação à forma como o Governo tem gerido as negociações sobre o pacote laboral é evidente e a vontade de voltar à Comissão Permanente de Concertação Social também. Esta segunda-feira ficou já marcada para o dia 3 de março uma reunião plenária daquele órgão, o que garante que a CGTP estará também presente, ao contrário do que aconteceu nas últimas negociações. "Não podemos dizer que haja reuniões em que não estejam à mesa os representantes da CGTP. Não me parece bem que não estejam. Os patrões e o Governo são

seus sócios. A UGT está lá reunida e os patrões estão confortáveis com a proposta do Governo. A concertação está parada desde julho", afirma Mário Mourão.

Desde julho, a UGT "já teve umas dez reuniões ao nível com o Governo", mas até esta semana apenas para discutir a proposta do Executivo, nunca a da central sindical e, sobretudo, quer-se o sindicalista, sem avanços. "Quando tivemos greve geral, já estivemos forçados de fazer reuniões e não saiu de lá nada. O papel era o mesmo de julho." Entretanto, formou-se um grupo de trabalho, com técnicos



da UGT e técnicos do Ministério do Trabalho, para, antes de mais, tentar identificar possíveis pontos de acordo em torno da proposta da ministra.

#### NOVA GREVE GERAL NÃO ESTÁ ESCLUSA

As reuniões têm acontecido duas vezes por semana e chegaram a durar um dia inteiro. "Há muita pedra para partir", justifica Mourão, que identifica 11 artigos dos cerca de cent e

**À CGTP, o Governo diz que compreende as propostas dos sindicatos, mas que não concorda com elas. Depois, diz que está aberto a negociar... e dali não passa**



✓ Sem sucesso: Tiago Oliveira, líder da CGTP, explica as dificuldades do Porto argumentando pela situação da cidade. Imagem: Filipe Reis/Agência



que o Governo quer meter no Código do Trabalho em que pode haver um consenso. Mas, ainda, não quer dizer que haja acordo à vista. "Tem de ser um pacto", frisa, querendo manifestar abertura para a negociação, mas não a ideia de que pode existir alguma das partes mais complicadas para os trabalhadores, como a possibilidade de recurso à contratação por outsourcing depois de um despedido coletivo, a redução do fundo

de férias individual em a possibilidade de se justificar um contrato a prazo com o facto de aquele trabalhador nunca antes ter estado nos quadros de uma empresa.

Dentro deste cenário e sem perceber que abertura há no Governo às propostas da UGT, Mário Moutão não põe de lado nada, nem sequer a possibilidade de uma nova greve. "Não está excluída uma greve geral", assegura.

Tiago Oliveira ainda não fala em greve geral, mas a CGTP volta ao caso de Lisboa e do Porto neste sábado, dia 28 de fevereiro. "Se não é com a manifestação dos trabalhadores, o Governo vai ter uma alternativa para esta reforma", declara à VISÃO o secretário-geral, que se tem esforçado por documentar a narrativa do Governo segundo a qual a central sindical que dirige não apresentou propostas, nem está disponível para negociar. "Uma semana-dia não vence não passa a ser verdade", insiste.

No dia 18 de fevereiro, enquanto os patrões explicavam que não faziam sentido estas novas medidas sem os sindicatos, a CGTP divulgou no seu site a contra-proposta que tinha enviado ao Governo. A proposta assenta em seis eixos: o direito à negociação e à contratação coletiva; o fim da casualidade e a regressão da prevenção de acidentes; o fim da contratação de trabalho para a obra; a regulação dos algoritmos; o reconhecimento da mobilidade; e os 25 dias de férias anuais

condicionadas, o fim da desregulação dos horários de trabalho face ao fim dos horários de horas, horários flexíveis para quem tem filhos com menos de 10 anos, o fim das horas extra para quem tem menores de 12 anos ou maiores dependentes a cargo e a garantia de que os turnos se restringem a apenas algumas atividades, o combate à precariedade, o aumento do valor das horas extraordinárias e o reforço da compensação por cessação do contrato de trabalho.

"Propostas" feitas, publica a CGTP nas redes sociais, com algumas das suas reivindicações e a mensagem: "Não somos do centro. Somos contra a capitulação dos trabalhadores." Mas o esforço de comunicação não convenceu o Governo. "Não faz sentido convidar a CGTP, dizer a ministra a saída de mais uma reunião com a UGT e os patrões, sexta segunda-feira. Desde o primeiro momento, disse que não queria negociar", insiste Mário do Rosário Filipe Reis/Agência.

Em todas as reuniões apresentadas propostas", contraria Tiago Oliveira, que se encontra com o Governo pela última vez a 20 de janeiro, depois de a CGTP ter publicado uma versão de primeiro contacto na sequência da greve geral de dezembro. "Depois do anúncio de dia 18 que comprometia as propostas da CGTP, não há mais de agenda. Estamos ali desde há um mês a apresentar as nossas propostas para chegar ao fim o processo sempre duas ou três horas depois. Não há mais a agenda

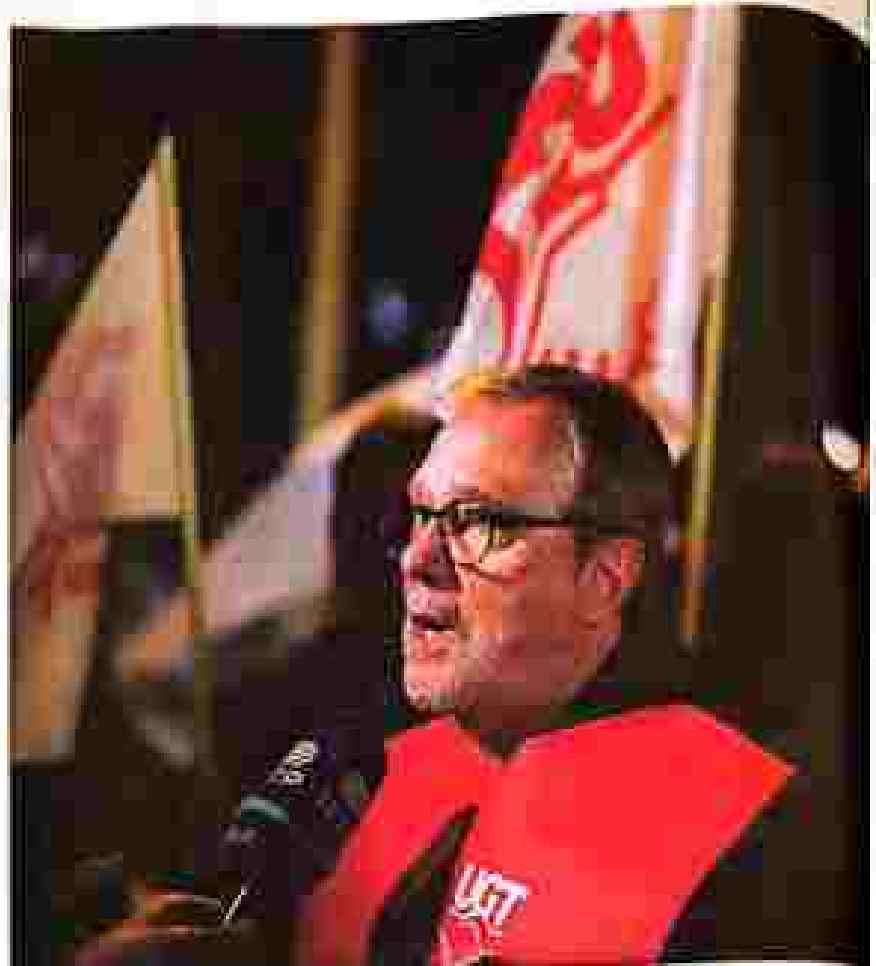
visão, mas estamos sempre abertos a discutir o processo. E é isso", conta o líder da CGTP.

#### CATÓLICOS FALAM EM "RETROCESSO CIVILIZACIONAL"

Fareja, porém, do lado dos trabalhadores não-cada vez mais os votos que criticam a reforma do Governo. Esta semana, a Liga Operária Católica/Movimento de Trabalhadores Cristãos aprovou mesmo por unanimidade uma moção contra o pacote laboral. Para os católicos, com a reforma, "um ato apresentado como modernizador, é uma perigosa regressão histórica e um retrocesso civilizacional que segue a lógica da desregulação neoliberal" e a liorna como o processo tem sido conduzido pelo Governo é "mais uma imposição do que uma negociação".

Do lado dos patrões, a pressão é para que o pacote apresentado pelo Governo não se desvirtue, nas negociações com os sindicatos. Em entrevista ao Expresso, o líder da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa), Armando Monteiro, defendeu que não "se pode correr o risco de estar-se a alterar coisas", porque se a reforma não for tão profunda como a que o Governo quer, "não vale a pena" meter no Código do Trabalho. Para Armando Monteiro, a proposta do Governo "é esquizofrênica", mas até admitir algumas alterações no regime de subcontratação para os membros da UGE. "A atividade de subcontratar é uma atividade económica regulada. E, por isso, se ela precisa de ser mais regulada, regulá-la, mas não se acaba com um instrumento de concupacidade, válido em todo o mundo", disse ao Expresso.

Com a primeira reunião plenária da concertação social marcada para 2 de março, a ministra do Trabalho dá sinais de impaciência, mas não apresenta um calendário linear para dar por concluídas as conversas com sindicatos e patrões. "O Governo entende que não deve abrir-se às negociações, mas faz um investimento enorme na concertação social. O acordo só se consegue com o aproximar de posições, e ainda estamos perto disso. Se, porventura, não houver acordo, a proposta seguinte, porque é o papel deste Governo reformista", avisa a ministra, que se passa depois de ter apresentado a sua proposta inicial não deu qualquer sinal de recuo nas "travessuras" da sua reforma e é agora



inter o que a fará chegar à conclusão de que é tempo de sair da concertação social e avançar para o Parlamento, mesmo sem acordo.

#### VENTURA EM DÍFICIL

A mensagem é clara: a ministra está disposta para levar o pacote laboral a votas no Parlamento, mesmo que a UNT não aceite qualquer acordo. A questão é: com que maioria? A AD pode contar com os votos da IL para aprovar a reforma, mas isso não basta para formar uma maioria: será preciso o Chgo. Entre os sindicalistas, há



**Em caso de veto presidencial, uma maioria, na AR, pode reconfirmar o diploma. Mas um embate inicial entre Belém e São Bento terá consequências, no plano da relação institucional**

quem teme que, com alguma concessão, o partido de André Ventura possa vencer de igual que é preciso para que o pacote laboral avance. E que se Ventura defender a greve durante a campanha das presidenciais e após as grandes manifestações que se concretizam, em sua última volta defendida que gostaria ver alguns pontos de teste inicial do Governo francamente sobre as questões de implementação que o Executivo já deixou cair, para poder aprovar a reforma.



Depende de um possível acordo com a estrutura de Mário Mourão, líder da UGT. Sem acordo, o Governo fica dependente de André Ventura, na AD.



Desde as presidenciais, Ventura não deixou a falar sobre a reforma laboral. É possível que não volte a fazê-lo até ao momento de a lei chegar ao Parlamento e começarem as negociações com os partidos. O que o líder do Chiga demonstrou durante as presidenciais é que é sensível à rua (pelo menos, em período eleitoral). Para saber se grandes manifestações ou mesmo uma greve geral expressiva contra o pacto laboral podem fazer André Ventura recuar sobre a favor de uma

proposta do Governo ou se vai, como habitualmente acontece, acabar por aprovar mais um acordo com Luís Montenegro, ainda que acordado com os outros apoios. Como foi nos leis de migração ou dos estrangeiros, por exemplo.

Caso o Governo, inspirado como o Chiga, considere uma maioria no Parlamento, o drama em torno do pacto laboral não deve acabar por aí. É que o Presidente eleito, António José Seguro, deixou claro que não aceita uma reforma no Código do Trabalho que não mereça o apoio da UGT. "São negociações, certamente, de fazer muitas mudanças nas nossas leis e, com certeza, também algumas na legislação laboral, mas, verdadeiramente, essas mudanças têm de ser em convergência e, sobretudo, associadas a objetivos que possam fazer com que o País melhore e ande para a frente", disse Seguro numa entrevista à TSF, ainda durante a campanha eleitoral, apelando à que o Governo apresentasse uma nova proposta aos parceiros sociais.

#### MONTENEGRO ABRESCARÁ ULTRAPASSAR VETO?

Os motivos do prometido veto político de António José Seguro ao pacto laboral foram enunciados ainda durante a campanha das presidenciais. "Primeiro, não fez parte a proposta eleitoral dos partidos que estão hoje no lugar. Segundo, não houve acordo na concertação social." A questão é que um veto político do Presidente da República pode ser ultrapassado. Basta que a lei volte ao Parlamento e que

haja uma maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções (116 votos) para que a lei passe. Este mecanismo só não se aplica em caso de chumbo, por acoustitucionalidade. De Caso o Presidente considero enviar a lei para o Tribunal Constitucional e este orgão detem normas que violam a lei fundamental, o Parlamento terá de alterar o texto legislativo para acometer as recomendações dos juizes.

Em qualquer caso, um embate de frente com o Presidente da República por causa do pacto laboral poderá ter consequências na relação entre Belém e São Bento. A questão é: estaria Luís Montenegro disposto a compor uma greve com Seguro, logo no arranque do seu mandato, devido a uma lei que parece ser muito impopular, a julgar pelas manifestações nas ruas e por alguns estudos de opinião?

Na noite da vitória de António José Seguro, Luís Montenegro mostrou-se otimista e deu a entender que podia fazer "uma evolução" na proposta que tem merecido a oposição dos representantes dos trabalhadores. Para já, não é certo que ambigão seja essa: "No dia 1 de março, não haverá nenhum acordo, certamente", destacou o líder a UGT, Mário Mourão, à Lusa. A nota da reunião que teve lugar no Foz de Londe, deixando claro que a aproximação que a ministra valoriza relativamente às reuniões negociais está longe de garantir esse acordo. E isso, por enquanto, quer dizer apenas uma coisa: o futuro do pacto laboral está em aberto. **||**